

Disputas de Sentido e Memória: Uma Abordagem Feminista e Ator-Rede na Análise da Institucionalização de Mulheres com Doenças Mentais no Brasil

Flora Fernandes Lima¹

Resumo

Este trabalho relata parte de reflexões advindas de pesquisa de tese, voltada à análise da institucionalização de mulheres com transtornos mentais no Brasil, a busca pela construção de metodologia que se adeque às demandas acerca de pesquisa histórico-documental que seja compatível para uso junto ao campo da psicossociologia. Por meio de abordagens pautadas na Teoria Ator-Rede, além de perspectivas micro-históricas e feministas, pretende constituir análise documental inicialmente no *Instituto Municipal Nise da Silveira*, local responsável pelo acervo de prontuários do *Hospital Nacional de Alienados*. A investigação reconhece as instituições e suas documentações como atores ativos, fundamentando-se na perspectiva ator-rede de Bruno Latour, que atribui agência às estruturas e arquivos na construção do conhecimento e contribui também para a própria compreensão da dimensão de feminino, aqui pautada nas premissas de Butler (1993; 2024) de “performatividade”. Utiliza-se também pressupostos Haraway (1995) como auxílio ao debate de pressupostos epistêmicos do fazer história, valorizando múltiplas vozes na interface entre corpo, gênero e práticas de cuidado, entendendo as perspectivas psiquiátricas como tecnologias que intervêm sobre os corpos, moldando identidades. Reconhecendo que a pesquisa envolve aspectos subjetivos e a própria implicação da pesquisadora, adota uma postura ética e reflexiva, considerando o envolvimento político no processo analítico. Essa abordagem permite uma leitura crítica sobre redes de atores, discursos e objetos culturais, ampliando as possibilidades de representação das práticas institucionais e políticas públicas relacionadas às mulheres com transtornos mentais no Brasil, contribuindo para uma compreensão mais complexa das experiências e resistências nesse campo.

Palavras-chave: Doença mental; Gênero; Teoria Ator Rede; Micro-historia.

1. Introdução

Esse estudo tem como problemática essencial a construção de método de investigação e análise destinado à compreensão de dinâmicas institucionais voltadas para mulheres com diagnósticos de doença mental no contexto brasileiro, através de investigação histórica e documental. Trata-se da tentativa de construção de metodologia que se adeque às demandas acerca de pesquisa histórico-documental que seja compatível

¹ Psicóloga, psicoterapeuta corporal e CBT (*Certified Bioenergetic Therapist* – IIBA). Doutoranda em psicossociologia – IP/UFRJ. E-mail: flora.flima@gmail.com.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

para uso junto à psicossociologia, minha atual área de estudos, uma vez que não se ressalta nesse campo um método específico e prévio para o estudo de perspectivas históricas.

Mesmo com essa aproximação, ainda em andamento em sua elaboração, entendo que aqui segue um estudo que busca constituir formas pertinentes de associações com os aspectos de estudo pretendidos. Julgo esse aceno de pertencimento como algo necessário, um fruto não tem como cair tão distante da árvore.

Percebi a necessidade de articulação e constituições que permitissem aproximações a um viés que possa abarcar a intenção de pesquisa pretendida, uma vez que a comunidade que pretendo estudar não se encontra mais pessoalmente acessível, por se tratarem de grupos de mulheres internadas junto ao *Hospital Nacional de Alienados* (HNA), ainda no começo do século XX.

Dentro do meu processo de construção de tese, atualmente intitulada “*Sobre a construção de uma “histeriografia”: Circulação e disputas de sentido do feminino e de saúde em equipamentos de atenção em saúde mental*”, interessa a busca por acompanhar processos e aspectos destacados pelo encontro de mulheres com normativas inicialmente relacionadas à psiquiatria, enquanto modelo hegemônico de atenção às doenças mentais, bem como diante de diferentes concepções de saúde que possam ser observadas.

Entendo que a perspectiva de análise comparativa dos discursos presentes nos documentos selecionados permitiria identificar algumas das práticas que envolvem corpos socialmente marcados, tornando mais evidentes as perspectivas e as interações que cercam essas relações.

Julgo também pertinente atentar para dinâmicas de disputas de sentido presentes, tanto direcionadas ao entendimento de doença mental e saúde quanto acerca do próprio sentido de feminino. São batalhas travadas nos cotidianos institucionais, onde que algumas visões vencedoras e estabilizadas podem ser evidenciadas por marcas resultantes do encontro entre indivíduos e direcionamentos técnicos e teóricos aos quais estão submetidos. Um olhar atento para tais tecnologias permitiria vislumbrar as inúmeras negociações entre os muitos elementos envolvidos com a construção dos cenários voltados aos cuidados com aqueles considerados adoecidos mentalmente no Brasil.

Na tentativa de constituir uma “histeriografia”, percorro alguns caminhos com o auxílio de Latour (2008) e de suas contribuições a Teoria Ator-rede (doravante TAR).

Suas considerações acerca da ciência e suas tecnologias permitem percebê-la como produtos de complexas redes de associações e articulações heterogêneas, em reconhecimento à contextualidade do conhecimento científico.

Assim, a psiquiatria e seus equipamentos/técnicas/conceitos, enquanto conhecimento científico e o “campo psi”² de maneira geral, são aqui compreendidos como resultado de interações complexas, contraditórias, estruturantes e estruturadas, que quando analisadas podem revelar processos de reformulação e interações que as moldam.

As demarcações de análise convergem também em um ponto importante: o nascimento da psiquiatria e de sua concepção de feminilidade observadas a partir da movimentação do conceito de histeria e outros diagnósticos usualmente vinculados ao feminino. Os rastros deixados pelos seus usos são constituições de interesse a serem acompanhadas em diversos contextos. Sem ignorar contingências mais amplas, devem nortear questões de gênero, recortes interseccionais, dentre outros vieses pertinentes.

Cientes dessa confluência de movimentos, podemos também direcionar-nos aos “novos” interesses da história que se fazem presentes também por meio de fórmulas não convencionais de se construir narrativas. Assim, é interesse buscar por “*micro-histórias*”, histórias de pessoas comuns ou “*histórias da vida cotidiana*”, perspectiva trabalhada por autores como Ginzburg (2006) e Balltondre (2019) e que possibilita pensar fluxos que vão entre “macro” e “micro”.

A demanda por posicionamento, algo presente tanto na TAR quanto na micro-história, é algo em comum com a psicossociologia, subárea na qual se enquadra esse trabalho de análise e que, segundo Maisonneuve (1977), encarrega-se de interações em processos sociais e psíquicos no nível de condutas concretas, bem como interações das pessoas e dos grupos em suas vidas cotidianas.

A psicossociologia foca a princípio em como os indivíduos constroem suas subjetividades em interações com grupos, instituições e contextos sociais através de sua base teórica influenciada pela psicologia social, sociologia crítica, psicanálise e teorias da identidade. O sujeito toma, em muitas de suas premissas, um lugar central, moldado por estruturas sociais e capaz de transformação. Assim, Maisonneuve (1997) a define:

² Farei uso do termo “campo psi” por entender que as práticas vivenciadas em instituições voltada pra tratamento de doenças mentais englobam conhecimentos e práxis advindas de muitas áreas

“É com efeito (e nisso insistimos), esse cuidado de concretude e de exaustividade que caracteriza a psicossociologia e seu papel de charneira: pois a sociologia, reduzida a si mesma, se limita ao jogo das estruturas institucionais e das regulações coletivas. Assim também, o aprobe puramente psicológico se aplica a ‘funções mentais’ encaradas em sua generalidade, ou sob seus aspectos diferenciais. Nem um nem outro está em condições de assumir integralmente a descrição e a interpretação de uma conduta em situação, seja porque esta é estudada sem personalizar os sujeitos, seja porque se estudam os sujeitos sem situar-lhes suficientemente as condutas” (Maisonneuve, 1977, p. 5-6).

Por se tratar de uma ciência “charneira”, uma ciência da “encruzilhada” entre psicologia e sociologia, a psicossociologia acaba por buscar acessar como processos considerados psicológicos são interinfluenciados pelo contexto social, incluindo-se fatores culturais, históricos e institucionais. Assim, faz sentido promover a junção entre o aprobe objetivo e o do sentido vivido no nível dos agentes em situação, de forma a superar visões dicotômicas da realidade, como aspectos “micro” e “macro”, ou ainda binarismos outros como natureza-cultura, ética-política, indivíduo-sociedade etc.

Com base nesse entendimento, é possível inferir que nos espaços de atendimento, sejam eles hospícios, manicômios, e adicionaria aqui também CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e demais equipamentos pós reformistas, existem produções e reproduções de sentidos que atravessam muros nos dois sentidos, de dentro para fora e de fora para dentro. Mais ainda, implicam movimento que se reflete entre o individual e o coletivo.

2. Contribuições da TAR e da “performatividade” a um fazer “histeriográfico”

Um dos movimentos para constituição da abordagem pretendida implica também conjuntamente aproximação com definições da TAR³. Dentre outras questões pertinentes, tem-se como uma das possíveis heranças ao campo da psicossociologia, a crítica à centralidade do sujeito. Assim, uma contribuição “latouriana” agregada para o debate pretendido é a atribuição de status de ator aos "objetos" do mundo, que revelam o "real"

³ Assumo a partir de Bruno Latour (2008), a ciência e suas tecnologias como produtos de complexas redes de associações e articulações heterogêneas, em reconhecimento à contextualidade do conhecimento científico. Assim, a psiquiatria enquanto conhecimento científico e o “campo psi”³ de maneira geral, são aqui compreendidos como resultado de interações complexas, contraditórias, estruturantes e estruturadas, que quando analisadas podem revelar processos de reformulação e interações que as moldam.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

por meio de suas relações sociais, participando ativamente da construção de conceitos e de todo o campo técnico associado (Latour, 2000).

Esses objetos entram como atores mesmo que não sejam considerados seres humanos ou mesmo seres vivos. Nesse sentido, há a premissa de fenômenos sociais produzidos em rede de associações entre humanos e não-humanos. Não há um “sujeito central”, uma vez que todos os envolvidos são considerados atores com potencial agência.

Assim, na constituição do viés de análise que me proponho a empreender, são considerados como exemplos de seres actantes do recorte em questão profissionais de saúde e seus registros, políticas públicas, prédios públicos, documentos antigos, bem como práticas e organizações institucionais diversas, dentre outros a também entrarem em cena. Cada ator contribui à sua maneira para manutenção ou mudanças de práticas sociais observadas nos espaços de acolhimento em saúde mental a serem abordados.

Acerca das condições que permitem aproximações entre o campo da TAR e da psicossociologia, alguns pontos devem ser ressaltados. O primeiro deles passa pela minha própria vivência como estudante e pesquisadora em psicossociologia. Foi possível ter um claro entendimento de que a psicossociologia trata de um campo concorrido por correntes diversas, algo que se mostra inclusive nas próprias dimensões de ensino e pesquisa do programa de psicossociologia do qual participo, onde a TAR também é acessada como aporte.

Tendo em vista a metodologia relacional que ambas apontam, ao buscar abrir mão da separação entre “sujeito” e “objeto”, premissa da TAR, tanto mais entendo haver uma aproximação por outras vias da constituição “psicossocial”. Assim, é possível compreender os diversos atores como resultantes de práticas de redes de vínculos entre humanos e não humanos, sejam eles materiais (como um prédio de uma instituição) ou imateriais (conceitos e ideias) – indo aqui um pouco além.

Além disso, essa esquina, ou encruzilhada, na qual tive de me deparar, exigiu atenção para um viés de pesquisa que diante do fluxo possibilitado pela perspectiva historiográfica implicada subjetivamente pretendida. Acaba sendo uma possibilidade vislumbrada: a construção de uma narrativa que não ignore a contextualidade dos arquivos e documentos, contextualidade essa que se estende também às práticas e vivências próprias à pesquisa e à pesquisadora em questão.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Tal condição busca levar em conta que os documentos históricos a serem acessados, bem como sua constituição enquanto banco de dados e informações, são eles mesmos resultantes de processualidades necessárias as suas condições atuais. Não se encontram, portanto, os documentos dissociados de suas próprias condições institucionais.

O uso da pesquisa documental permite acrescentar dimensão do tempo à compreensão do social, como uma via de acesso a observação dos processos de mudança de indivíduos, grupos, conceitos, mentalidades, entre outros. A análise desse material deverá ser, é importante que se diga, comprometida com a compreensão de como são utilizados conceitos e diretrizes próprios a cada contexto, para a partir desse ponto somente buscar entender também manutenções ou alterações de suas circulações (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009).

A contextualidade deve também considerar a dificuldade observada em separar o objetivo do subjetivo, separar sujeito e objeto do conhecimento, bem como seus feitos. Assim, a partir de Latour (2000) é possível reforçar a perspectiva de que a constituição de ciência, e da história da ciência não se dissocia de suas dimensões ideológicas.

Esse entendimento, em certa medida, tem o reforço de Huertas (2021), ao considerar que em uma análise não se trata, portanto, de ter ou não enviesamentos ideológicos, mas quais viés ideológicos e objetivos um historiador se propõe a adotar, explicitamente ou não, já que uma fonte histórica potencialmente apresenta infinitas possibilidades de leitura.

Assim, a TAR pode fortalecer a atenção as condições inerentes ao “lugar de observação”, apontada por Huertas (2021), quais sejam emprego profissional, pertença a linhas teóricas ou mesmo tradição de pensamento ao qual se vincula contextualmente. Existe, sob perspectiva compatível, a valorização da complexidade de relações e rejeição de explicações lineares. Convergem na ideia de que o pesquisador não deve assumir uma posição de neutralidade ou distanciamento, e sim envolver-se com os fluxos e movimentos do campo, reconhecendo conhecimento constituídos como produto de interações, prezando pela compreensão de análises mediante perspectiva relacional.

Ao ser aplicada à compreensão de diagnósticos psiquiátricos, essa concepção desafia a concepção recorrente de que as condições mentais e os transtornos sejam

necessariamente manifestações de uma essência natural ou advindos de uma base biológica fixa, como buscava comprovar Charcot em seus trabalhos acerca da histeria, ainda em meados do século XIX (Balltandre, 2019).

Permite-se assim, compreender que as identidades e os estados de saúde mental são também produzidos por normas discursivas, práticas sociais e atos performativos que moldam o que consideramos normal ou patológico, que se refere a patologização de determinados afetos associados a mulheres. Assim, tal perspectiva pode ser também parcialmente associada à compreensão de estabilização de caixas pretas⁴ latouriana (Latour, 2000), uma vez que tais conceitos, para estabilização de controvérsias, necessitam ser continuamente reforçados por atores e ligações diversas.

Nesse sentido, existem agentes e tecnologias (entendendo-se tecnologias de forma que abarque também procedimento do *campo psi*) que contribuem material e socialmente a conformações estritamente generificadas de corpos. Tais construções discursivas em hábitos cotidianos normalizados, ao serem abordada mediante perspectiva de Butler (1993), permitem considerar a vivência de gênero e sexo como constructos não estáticos, vinculado a expressões culturais e materializadas por meio de forçosa reiteração. Esse movimento manifesta-se através do que a autora define como “performatividade” e dizem respeito essencialmente à necessidade de reiterar continuamente discursos específicos para produzir os fenômenos regulatórios.

Sob esse foco, cabe aprofundar o conceito de “performatividade” de Butler (2024). Trata-se de uma discussão central em que entende o gênero não como uma essência ou identidade fixa, mas efeitos produzidos por atos repetidos e regulados por normas sociais e linguagens, conforme discorre em “*A performatividade não é um ato singular, mas uma repetição e uma ritualização de normas.*” (Butler, 1993, p.15).

Nesse sentido, ser uma mulher é também em certa medida fazer-se mulher dentro de sistemas normativos que regulam quais performances devem ser consideradas

⁴ O conceito de "caixa-preta", desenvolvido por Bruno Latour, refere-se a objetos, fatos ou tecnologias que, após um processo de construção social e técnica, se tornam amplamente aceitos e utilizados, a ponto de sua complexidade interna ser ignorada. Essa aceitação resulta de um complexo processo de mobilização de interesses e alianças entre diversos atores, como cientistas, engenheiros e o público, que contribuem para a legitimação do objeto. Para que algo se torne uma caixa-preta, ele deve operar de forma autônoma e eficiente, funcionando como uma peça rotineira em um sistema maior. A aceitação de uma caixa-preta implica uma opacidade em relação aos processos que a constituíram, levando os usuários a ignorar as controvérsias e negociações que a tornaram indiscutível (Latour, 2000).

legítimas. Trata-se, então, de algo produzido e não descoberto, cuja subversão pode demandar instituição de medidas que a contenham. Para além da rejeição de determinados comportamentos esperados, certas condições podem apontar para desestabilização de mecanismos que produzem e regulam essas identidades.

Butler (1993), ainda em ponto de vista passível de aproximações a Latour (2000), aponta a necessidade de reiteração como um sinal de que a materialização nunca é totalmente completa, uma vez que os corpos nunca se conformam completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta. Assim, sempre existirão dissidências, implicando, portanto, a não naturalidade desses conceitos, uma vez presente o esforço. Tais práticas reiterativas, sobre as quais o discurso incide, indicam materializar-se na construção conjunta de corpos e vivências de gênero.

Essas reiterações, nos casos aqui pouco antes apontados, recaem rumo a corpos “femininos” e “masculinos” a serem diagnosticado, caso entendido como necessário, em conformidade com o que se entende ser demandado por um gênero ou por outro. A condição de divisão binária de gênero e orientadora de estruturas voltadas ao tratamento de pessoas com doenças mentais pode ser usualmente vislumbrada em aspectos semelhantes quando mediante outros binômios. Assim, tem-se por exemplo a dicotomia natureza-cultura, que atribui usualmente às mulheres a condição de mais próximas à natureza, ou mesmo à maior proximidade com afetos, são com frequência considerados menos valorosos socialmente que o âmbito cognitivo (Gómez, 1999).

Essa dicotomia se vê também próxima à outra perspectiva de divisão, dessa vez entre o humano e o não humano, central à modernidade colonial, uma vez que essa distinção imposta aos corpos dos colonizados a serviço do homem ocidental vem a acompanhar outras distinções hierárquicas, incluindo as de homem e mulher. Essa perspectiva torna-se um embasamento central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade pautado em categorias homogêneas.

O suposto universalismo feminino deixaria de fora mulheres racializadas e do terceiro mundo por não contemplarem o circuito das possibilidades hegemônicas inerentes ao ser mulher. Torna-se a marca do humano e da civilização, uma vez que apenas civilizados podem ser considerados homens ou mulheres (Lugones, 2014).

Nesse sentido, Butler (2024) apresenta-se como contraponto a perspectiva de uma identidade e lugar social necessariamente definidos a partir de aspectos essencialmente anatômicos. A contestação de tais marcas consideradas de gênero e presentes em alguns discursos estaria, sob sua ótica, confrontando não a natureza e seus desígnios e sim a natureza somada a uma série de construções, práticas, discursos e tecnologias.

Importante apontar, no entanto, que mesmo dentro da psiquiatria enquanto área do conhecimento localizada, tais implicações entre corpo feminino e saúde mental também não são consenso, podendo estender-se a outros parâmetros mais voltados a moralidade, por exemplo. Com essa perspectiva abre-se mão, portanto, de uma ideia universalizante e padronizada de feminino.

3. Perspectiva micro-histórica

O entendimento de “micro-história”, em grande parte aqui pautado sob a perspectiva de Ginzburg (2006), trata de uma abordagem historiográfica que se concentra em eventos, indivíduos ou fenômenos em “microescala” como via para revelar dimensões ocultas ou menos compreendidas da experiência humana. Diferente das formas tradicionalmente mais conhecidas de se fazer história, em que frequentemente se abordam grandes eventos e processos sociais, volta a atenção para acontecimentos cotidianos e específicos.

Na busca pela análise de complexidade direcionada a interações em nível local, usualmente busca por fontes não convencionais ou experiências de grupos marginalizados ou pouco documentados. Não se trata de uma história “menor” e sim de uma maneira de interrogar o detalhe como porta de entrada para o universal, exigindo rigor, atenção a fontes e sensibilidade interpretativa (Venâncio, 2023)

A questão da escala dos eventos e da implicação irrevogável do coletivo são nuances que parecem estreitar as relações entre micro-história e psicossociologia. Nesse sentido, assim como na psicossociologia, o estudo de interesse, como por exemplo uma pequena comunidade, não implica o estudo da pequena comunidade em si, mas um estudo através dela. A comunidade pode aparecer como um meio para se atingir a compreensão de aspectos específicos relativos a uma sociedade mais ampla (Barros, 2007).

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Na verdade, trata-se de aspectos que podem ser vistos como facetas do mesmo fenômeno e que demandam viés transdisciplinar, olhar esse que a princípio não se prende a objetos ou métodos de pesquisa específicos, em contrário, demanda abordagens multidimensionais, articuladas tanto quanto possível (Ribeiro, 2017).

Isso implica sair de uma abordagem historiográfica definida como uma “*historiográfica tradicional*” implicada com a visão de “grandes homens”, abordados de forma quase sempre positiva e cujos feitos são diretamente ligados ao “progresso” da ciência. Podemos tomar como exemplo dessa perspectiva as muitas narrativas construídas sobre Phillipe Pinel e a “*liberação dos loucos das correntes*”. Pinel é com frequência associado à representação da ciência e seus princípios racionais rumo a superação do “obscurantismo e superstições” em torno da loucura, reafirmando o suporte retórico de legitimação científica e social da medicina mental e seus profissionais.

Em oposição à historiografia tradicional, o “*viés revisionista*” oferece críticas as narrativas tradicionais estabelecidas acerca da psiquiatria e suas instituições, de forma a evidenciar também suas contradições e problemas. Esse enfoque teve dificuldades para ser aceito em círculos psiquiátricos mais conservadores e em certos momentos, conforme aponta Huertas (2021), chegou a cair em situações maniqueístas.

O revisionismo surgido a partir dos anos sessenta do século XX, ao ampliar o enfoque antes dado às perspectivas tradicionais, abriu espaço para disciplinas como as vinculadas às ciências sociais (história social, antropologia, sociologia, etc), analisando os acontecimentos em foco a partir de pressupostos sociais e culturais, externos ao próprio saber psiquiátrico. Inclui-se também nas novas perspectivas apontadas uma abordagem à história conceitual da psiquiatria, focando na história dos “sintomas”, perspectiva complementar ao social e institucional.

Ao resgatar aspectos da psicopatologia descritiva, permitiria retomar a relação entre história e clínica, questionando reducionismos e fragilidade do arcabouço conceitual típicos a atuais sistemas nosológicos, a exemplo do DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*). Nesse sentido, a loucura vista para além de uma condição médica, passou a ser também entendida como composição cultural e agregada ao seu tempo e condições culturais, refletindo normas sociais, valores e relações de poder. Essa

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

perspectiva ajudaria a entender e discutir persistências e alterações em diagnósticos como a histeria, por exemplo.

Balltondre (2019) aponta ainda a inclinação mais recente rumo a novas questões históricas e perspectivas. Dentro do que entende como novas formas de se fazer história como “*história vista de baixo*” ou mesmo suas variações como “*história da vida cotidiana*” ou “*micro-história*”, destaca a implicação dessas com uma “nova história cultural” em que a partilha do foco em experiências qualitativas vividas por pessoas comuns e seus cotidianos passa a ser enfocada.

Cabe então pensar a nomeação, a forma como tais fenômenos/comportamentos são descritos, bem como restrições ao discurso voltado para aspectos relativos ao gênero e suas condutas, como ferramenta de desenho de fronteira e repetição de normas que alimentam campos que delimitam o que pode ser descrito como “humano”. Ter uma proposta de historiografia que se preocupe com tais abordagens, bem como tema diferenciados como corpo, emoções, sexualidade, espiritualidades, etc, transparece que o fazer histórico está agora também disposto a fazer e responder perguntas sobre si mesmo e suas práticas (Balltondre, 2019).

Uma das perguntas cabíveis seria, como dar validade a histórias feitas por mulheres e sobre mulheres quando a primeira dificuldade que se enfrenta nesses casos aponta uma “natureza masculina” ou androcentrismo da história? Assim, narrativas com essas qualidades vêm sendo sistematicamente invalidadas em espaços onde deveriam também receber respaldo. Mulheres em pesquisas sob viés feministas acabam sendo consideradas “grupos de interesse especial” (Haraway, 2009).

Validar o espaço das contribuições de estudos de gênero ao estudo da história levantaria, inclusive, um conjunto de importantes reflexões metodológicas no sentido de historicizar conceitos e metodologias, de forma a alimentar uma experiência social crítica que difere de tradicionais paradigmas culturais hegemônicos masculinos. No imaginário social da história enquanto área do conhecimento, Losandro (2016) aponta que

“Durante muito tempo, foram negadas às mulheres a autonomia e a subjetividade necessárias à criação, consequência da manipulação, do controle da palavra e da escrita. O patriarcado teve, como uma de suas funções na história, a construção e a reprodução de uma memória implacável, imóvel, endurecida e controladora do poder epistêmico. A história das mulheres narra

e revela uma história do silêncio, uma história do confinamento, mais do que do esquecimento” (Losandro, 2016. p. 154).

A existência de uma história a ser escrita que aborde a noção de representação de poder desigual da história dada pela dominação masculina demanda análise a ser feita inclusive nos espaços acadêmicos. São usualmente figuras masculinas que formulam as regras, que organizam a sociedade, que estabelecem territórios e fronteiras.

Ressalto que eram também homens as figuras e grandes nomes representantes da psiquiatria responsáveis por organizar os equipamentos e normas em saúde mental voltados a mulheres. Ter isso em sério permite que muitas estruturas sejam remexidas quando se questiona o lugar de *“mulheres como seres do silêncio por sua própria natureza ou destinadas, na divisão do trabalho, às tarefas do corpo, da procriação, da casa e do privado”* (Losandro, 2016, p.154).

Tendo em conta o que um viés revisionista voltado para pautas de gênero pode proporcionar enquanto suporte de investigação e construção de narrativas, entendo ser necessário também atentar para as próprias condições epistemológicas de construção desse campo de estudo. Nesse sentido, acredito serem também multidimensionados os aspectos relativos ao gênero na construção de direcionamentos e silenciamentos de narrativas.

4. Possibilidades e ferramentas epistêmicas outras para um fazer história

Um olhar atento para as condições aqui apresentadas implica, dentre outras tantas coisas, a desnaturalização de verdades e métodos de uma ciência hostil, pelo menos aos olhos de Haraway (2009). Abrem-se questionamentos, entendo que ainda sem respostas conclusas, que implicam revisões nas formas de situar um objeto ou mesmo sob quais métodos aborda-lo, seria possível ainda um posicionamento tradicionalmente objetivo? Para essa questão Haraway (2009) busca propor uma versão feminista de objetividade.

Quando aponta demanda pelo reconhecimento de “tecnologias semióticas” e de construção de sentido singulares, sua proposta de ampliação de perspectivas na verdade me proporciona um certo alívio, já que me custaria muitos conflitos construir uma pesquisa e um texto tendo por bases principais uma tradição historiográfica ou métodos positivistas muito restritos. Aponto ainda que a autora preza com isso pela necessidade

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

de projetos outros de ciência sucessora, insistência em diferenças irreduzíveis e multiplicidade de conhecimentos locais.

A perspectiva de Haraway (2009), aponta que precisamos aprender em nossos corpos como vincular os objetivos aos instrumentos teóricos e políticos de forma a nomear onde pertencemos ou não. Também me fez pensar qual lugar ocupo e quais caminhos posso aqui percorrer. É possível associar algumas de suas convicções com a perspectiva latouriana de construção de tecnologias, bem como de atores mediados pela linguagem no jogo de construção de conhecimentos (Latour, 2000), uma vez que também passo a me visibilizar como atuante.

Não se trata de um caminho objetivo e nem universal e sim de ênfase junto aos saberes localizados. Inclusive, citando novamente Haraway (2009), a desconstrução de verdades que não costumam ser usualmente questionáveis não é feita por caminhos muito fáceis. Ser um ator (ou atriz?) nesse campo implica admitir-me como presença que, assim como outros atores envolvidos, também se modifica conforme se envolve e performa. Os corpos são, nesse sentido, registros de sucessivas “contrapartidas” das vivências que progressivamente adentram seus meios sensoriais e sensíveis (Latour, 2008). Assim, outra pergunta que me cabe, como se constrói e movimenta o meu corpo como ator nessa história?

Pensar uma análise sob essa condição auxilia, pelo menos em partes, os impasses metodológicos aqui desenhados anteriormente e até parcialmente traduzidos por uma contradição necessária. Atende também para construção de um alicerce epistemológico a importância de leituras que abarquem *“sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro”* (Haraway, 2009, p.16).

Essa condição impede parcialmente certa aura de onipotência vinculada a corpos “não marcados”, com o poder de ver sem ser vistos. Assim, localizar o saber, deixar expressas as marcas do corpo presente na pesquisa e na produção de conhecimento implica *“uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados”* (Haraway, 2009, p.16). Eu diria que abrir mão do

“olhar onipotente” pode ser entendido como retornar os olhares de fato aos corpos de onde vieram, uma vez situada de onde vem a análise.

Ainda sobre saber-se situada, convém referenciar novamente perspectiva de Haraway (2009), a qual propõe que para fugir do entendimento positivo de objetividade precisamos aprender em nossos corpos como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teórico e políticos, de forma nomear onde estamos e onde não estamos. Ao apropriar-se uma perspectiva de ciência “não devoradora”, aponta esforços para nomear pertencimentos.

A objetividade a qual tento apegar-me percebe a condição de localização limitada e conhecimento limitado a partir de onde busco construir caminhos que me possibilitem elencar a partir de minhas vivências, uma vez que entender tais limites me coloca apta a isso. Assim, Haraway (2009, p.21) propõe: *“A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver.”*. Minha responsabilização vem desse lugar.

Ao adotar um viés conceitual e analítico que preze por construções feministas, não vejo, pelo menos para a presente situação, a possibilidade de adoção de um ponto de vista único, dado que são múltiplas também as vertentes de construção de conhecimento feminista. Busco, no entanto, através do engajamento e responsabilidade política o uso agregado de alguns vieses feministas, atentando para perspectivas interseccionais.

Reconhecer a agencia do mundo no conhecimento abre espaço para algumas possibilidades por vezes inesperadas, uma vez que, ainda de acordo com Haraway (2009, p. 38): *“A objetividade feminista abre espaço para surpresas e ironias no coração de toda produção de conhecimento; não estamos no comando do mundo”*.

A saída que adoto para a encruzilhada de constituição metodológica, atravessada por tantos caminhos possíveis, é guiar-me pela atenção ao corpo, ou parafraseando Carlos Castaneda, pelos caminhos que tenham coração, capazes de tecer sentidos. Sobre esse ponto gosto de pensar, assim como Suely Rolnik (2018), na existência de um “corpo que sabe”. Rolnik (2018) instrumentaliza o conceito de afeto para definir os efeitos das forças do fluxo vital e suas relações diversas e mutáveis que nos constituem.

Ao propor um novo olhar, ou uma reapropriação do olhar, entende que nossos olhos são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver. Assim, meus olhos que acessam documentos podem ver traduções e lógicas a eles muito específicas. Haraway (2009) localiza nos olhos, é verdade, mas seu entendimento é cabível ao corpo todo e nesse ponto entendo como passível de aproximações conceituais com Rolnik (1995) e sua proposta de “descolonização” de corpos (e olhares).

Ao tomar por base vértices de entendimento de ambas, uma pesquisa feita com todo o corpo e seus afetos é também via de fuga de pontos de vista que soam como onipresentes, assim como de um fazer advindo de um olhar divino que potencialmente apropria e organiza toda diferença.

Podemos entender um "corpo que sabe" como dotado de conhecimento intrínseco, que vai além do entendimento racional e cognitivo. Essa ideia, na verdade, se opõe à visão tradicional que usualmente valoriza o intelecto e a razão, e que geralmente desconsidera experiências sensoriais e afetivas. Uma sabedoria que vem do corpo diz respeito a capacidade de sentir, perceber e se relacionar com o mundo também de forma intuitiva e corporal, um saber que se manifesta através dos afetos em movimento na vida cotidiana e que admite corpos capazes de guiar decisões e ações no mundo.

De forma vinculada ao entendimento de um “corpo que sabe”, Rolnik (2018) percebe ainda a psicologia, aqui considerada como inerente ao “campo psi”, como ferramenta associada ao dispositivo colonial-capitalístico. Área de conhecimento nascida historicamente como narrativa e técnica proposta para legitimar e naturalizar modos dominantes de subjetivação. Considera ainda a própria tradição psicológica surgida no centro dos impérios coloniais e patriarcais europeus como saber atravessado desde suas origens por estruturas de opressão colonial, que também é sexual e de gênero, necessitada de um duplo processo de descolonização e despatriarcalização. Trata-se, portanto, de também entender corpos femininos como elementos em constante disputa.

Aponto aqui também, dessa vez com o auxílio de Ferreira e Brandão (2021), a importância de partir de interpretações das relações intersubjetivas que perpassam meu corpo de pesquisadora, emprestado para pesquisa. Um corpo que apresenta marcas de classe, ciclo de vida, raça, etnia e gênero como marcadores sociais da diferença e que certamente influenciarão no resultado final. Assim, importa dizer que a presente pesquisa

é majoritariamente construída por uma mulher branca, cis, nordestina e migrante, umbandista, psicóloga e psicoterapeuta corporal, além de servidora em equipamentos de políticas públicas. É desse lugar e desse corpo que partem essas considerações, um corpo que se move e atravessa a presente análise.

5. Considerações finais

Embora trate-se de uma análise essencialmente historiográfica, gosto de pensar que uma perspectiva de leitura etnográfica escolhida e combinada se mostra como um dos caminhos para reforçar e assumir a subjetividade como parte integrante. Aqui retomo essa condição como uma das esquinas teóricas, ou encruzilhadas, com as quais me deparei. Assim, muito embora o foco principal seja a construção de uma narrativa de cunho histórico, a forma como as condições de pesquisa foram se delineando assume um *ethos* etnográfico, que perpassa a forma de se tocar os processos a ela inerentes.

Entendo que tal *ethos* tem potencial para atravessar o desenho de investigação e escrita, desde a construção do campo problemático até textos e relatórios a ele condicionados. Sobretudo, compreendo ser uma perspectiva analítica que trata de um caminho pouco percorrido e que, portanto, deve ser pisada com os cuidados e considerações necessárias.

Uma vez consideradas indissociáveis as perspectivas entre histórias contadas e quem as conta, diante do exposto, para a presente proposta de construção de narrativa dessa história, considero também ser interessante abordar como ela começa comigo. Assumo com isso posicionamento que vem de parte da obra de Donna Haraway (2009), em que considera a possibilidade, embora sem garantias, de existência de privilégio epistêmico de mulheres pesquisadoras para estudar outras mulheres que se originam de sua própria experiência feminina. De acordo com a autora, seriam perspectivas capazes de se contrapor à generalização e orientações a-políticas, ou seja, sem levar em consideração as necessidades de fato vivenciadas por essa parte da população.

Um olhar sob perspectiva histórica dessas tecnologias terapêuticas permitiria, com base em Facchinetti (2018), levantar camadas de análise e discussão acerca dos pontos apresentados, contemplando direcionamentos políticos presentes, inclusive como política de Estado, nos modelos voltados para esse tipo de atendimento sejam eles manicomiais e

entendo que também em seus diversos momentos ou pós reformistas. Existem nessas circunstâncias parâmetros de normalidade, tratamento e cura contingencialmente regulados pelos diversos formatos de tecnologias de suporte voltadas para os sujeitos, e em específico para as mulheres, e que incluem corpos como alvo de tutela.

Nesse sentido, perceber essas instituições de cuidado como tecnologias, produtos e produtores de complexas redes de atores e suas associações possibilitaria, dentre outras questões, abordar diferenças sexuais e raciais com aportes então considerados naturais e/ou biologicamente plausíveis. Tais embasamentos estariam entranhados conceitos, técnicas, práticas e equipamentos voltados à saúde mental (Passos, 2023). São rastros de um passado razoavelmente próximo, passíveis de serem acessados em algum grau pelos documentos nos quais se registravam os procedimentos em questão.

A busca da compreensão de aportes que subsidiassem a compreensão de “feminino” possibilitou entender que esse é um campo de compreensão disputado por vários sentidos – falado por terceiros e mais recentemente por nós também. Essa disputa, feroz, deixa marcas de sentidos produtivos em perspectivas que desafiam práticas tradicionais.

Demorei a perceber, dentre as várias tentativas de aproximação e delimitação, recortes, cortes e remontes, que isso também em certa medida significava justamente as disputas do campo de sentidos. Requisitado sob várias premissas, os corpos de muitas mulheres de nós são esquadrinhados, descritos, delimitados por muitos vetores.

Sem esgotar possibilidades ou apresentar modelos finais, aqui há a tentativa de apresentar caminhos e processos que impliquem discussão de muitas das premissas epistemológicas que constituem o fazer história de mulheres

Referências Bibliográficas

ANTÓN, Julen Ibarburu. **Rompiendo los muros de la Casa**. In: HACER HISTORIA MODERNA: Líneas actuales y futuras de investigación. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2020. p. 1-16.

BALLTONDRE, Mònica. The historical understanding of female premodern possessions: Problematizing some gender assumptions in the historiography on Teresa de Ávila and Jeanne des Anges. **Women's History Review**, [S.l.], v. 17, p. 1-17, 2019.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Editora Boitempo, 2024.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter. On the discursive limites of 'sex'**. Nova York/Londres: Routledge, 1993.

CASTANEDA, Carlos. **A erva do Diabo**. São Paulo: Editora Edibolso S.A, 1976.

ENGEL, Magali. "Psiquiatria e feminilidade". IN: PRIORE, Mary Del (org). **História da Mulheres no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000. (p.322)

FACCHINETTI, Cristiana. História das Psicoterapias e da Psicanálise no Brasil: o caso do Rio de Janeiro. **Estud. pesquis. psicol., Rio de Janeiro**, v. 18, n. spe, p. 1106-1117, dez. 2018.

FERREIRA, J; BRANDÃO, E. Apresentação. In: _____ (orgs.) **Reflexividade na pesquisa antropológica em saúde: desafios e contribuições para a formação de novos pesquisadores**. Brasília: Editora UnB, 2021.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMÉZ, Antonio Diéguez. Psiquiatria y género: el naciente discurso médico psiquiátrico en España y el estatuto social de la mujer. **Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.**, 1999, vol. XIX, n.º 72, pp. 637-652.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 5, p. 7-41, 2009.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> . Acesso em: 26 out. 2022.

HUERTAS, Rafael. Historia de la psiquiatria, ¿por qué?, ¿para qué?: tradiciones historiográficas y nuevas tendencias. **Frenia - Revista de Historia de la Psiquiatria**, 2001. Madrid, v.1, n.1, p.9-36. Disponível em: <http://www.freniahistoriapsiquiatria.com/pdf/fasciculo%201/009-historia-de-la-psiquiatria-por-que-para-que.pdf> Acesso em: 07 set. 2024.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000 [1987].

LATOUR, Bruno. **Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência**. In: ARRISCADO, J.; ROQUE, R. N. *Objectos impuros: experiências em estudo sobre a ciência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008. p. 37-62.

LOSANDRO, Antonio Tedeschi. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. **Raído**, Dourados, MS, v.10, n.21, jan./jun. 2016

LUGONES, M.. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

MAISONNEUVE, J. A psicossociologia, ciência-charneira e ciência da interação.

In: _____. **Introdução à Psicossociologia**. São Paulo: Ed. Nacional: Edusp,

1977.

PASSOS, Raquel Gouvea. A (re)manicomialização da política de saúde mental em tempos bolsonaristas: a volta do eletrochoque e das internações psiquiátricas. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, ISSN 2595-2420, Florianópolis, v.13, n.37, p.42-64, 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão**. São Paulo: Hucitec, 2023.

RIBEIRO, Sandra Maria Patrício. O psíquico e o social: releituras e reflexões em busca de uma reconstrução do sentido. In: SILVA JUNIOR, Nelson; ZANGARI, Wellington (orgs.). **A psicologia social e a questão do hífen**. São Paulo: Edgard Blücher, 2017. p. 209-226.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009

LOSANDRO, Antonio Tedeschi. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. **Raído**, Dourados, MS, v.10, n.21, jan./jun. 2016

TRILLAT, Etienne. **História da histeria**. São Paulo: Escuta; 1991.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A história e a micro história: uma entrevista com Carlo Ginzburg. **Linguagens & Representação**, Ouro Preto, v. 26, n. 1, p. 107–132, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/lph/article/view/5998/4546> . Acesso em: 23 set. 2025.